



LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA PUBLICADOS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: ideais republicanos educacionais e concepções de saber escolar

Maria Deusia Lima Angelo
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

A discussão apresentada busca contribuir com os estudos acerca da constituição da disciplina escolar Geografia no cenário brasileiro, sob uma perspectiva histórica, tomando o livro didático como principal fonte de pesquisa. Os estudos sob esta perspectiva têm priorizado um olhar diferenciado sobre as fontes e as produções históricas, oportunizando, em sua diversidade teórico-metodológica, enveredar pelos meandros traçados pelo ensino da Geografia ao longo da sua trajetória. Ao estudarmos as últimas décadas do século XIX e início do século XX, percebemos que, no período, já se estabelecia um debate a respeito de importantes reformas para o ensino dessa disciplina sob os pressupostos de uma Geografia escolar de base científica e moderna, sobretudo, a partir do método intuitivo por meio das lições de coisas. Contudo, nossas análises apontam para a existência de uma prática de ensino de geografia pautada por um movimento de mudanças e permanências.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Disciplina escolar. Livro didático.

DIDACTIC BOOKS OF GEOGRAPHY PUBLISHED BETWEEN THE END OF THE XIX CENTURY AND THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY: Republican educational ideals and conceptions of school knowledge

Abstract

The discursion in this work aims contribute with the geography scholar discipline in the Brazilian scenery under a historic perspective using textbooks as primary research font. Studies from this perspective have prioritized a different look on the sources and historical productions, opening an opportunity to plunge into the teaching geography intricacies along its diversified theoretical-methodological trajectory. In the period between the XIX and early XX centuries, we noticed the establishment of important reforms on the geography teaching, under the

assumptions of a scientific and modern school discipline, mainly, from the intuitive method through the lessons of things. On the other hand, our analyzes point to the existence of a geography teaching practice guided by a movement of changes and permanencies.

Keywords: Teaching geography. Scholar discipline. Textbooks.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta das pesquisas que estamos realizando junto ao Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade. Em nossas investigações buscamos contribuir com os estudos acerca da história da disciplina escolar Geografia e do ensino dessa disciplina, no cenário brasileiro.

O período entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX compreende um recorte temporal permeado por significativas mudanças no âmbito educacional. Mudanças estas, que estão articuladas à importantes transformações sociais, políticas e culturais que se estabeleceram nacionalmente.

Ao lançarmos nosso olhar para esse período, e, tomando como aporte teórico-metodológico a história das disciplinas escolares, buscamos identificar os elementos que permeiam a Geografia escolar produzida nesse contexto, assim como indícios norteadores do ensino de Geografia na época. Para tanto, recorreremos aos livros didáticos dessa disciplina. Dentre os vários elementos que compõem, historicamente, a cultura material escolar (FARIA FILHO, 2007), reconhecemos que os livros didáticos se configuram como uma fonte privilegiada para o estudo de uma disciplina.

Entendemos o livro didático a partir de suas múltiplas dimensões, da sua história e do seu entrelaçamento com um contexto social mais amplo, ao passo que se configura um recurso didático-pedagógico, historicamente, inerente ao processo de ensino-aprendizagem e às práticas escolares (CORRÊA & VALDEMARIM, 2000; OLIVEIRA & SOUZA, 2000; BITTENCOURT, 2004).

Partindo desta perspectiva, nossos estudos têm priorizado um olhar diferenciado sobre as fontes e as produções históricas, oportunizando, em sua diversidade teórico-metodológica (GONDRA, 2006), identificarmos os meandros traçados pelo ensino de Geografia ao longo do tempo, assim como o processo de constituição da disciplina escolar Geografia. Entendemos que este exercício muito nos auxilia a compreender as diferentes nuances que permeiam o ensino dessa disciplina na atualidade.

A relevância dada por nós ao período supracitado dá-se pelo fato desse contexto expressar um aumento na produção de livros didáticos (SILVA, 2012), inclusive no âmbito das províncias/estados (ANGELO, 2014). Ademais, esse contexto imprime mudanças sob diferentes aspectos, tanto na materialidade dos livros, quanto na disposição dos conteúdos, a partir de proposições de inovações metodológicas postas para o ensino de Geografia no período (FERREIRA, 2017).

Ideais republicanos educacionais e Geografia escolar

Apesar das ideias republicanas ganharem maior efervescência nas últimas décadas do Império, os discursos de caráter liberais permearam vários setores da sociedade brasileira, perpassando pela esfera política, intelectual e educacional durante todo o império. Nesse sentido, Carlota Boto (1999) traz a seguinte reflexão: “Parece ser curioso que, em um império de súditos, já se advogasse um sistema de ideias cujo alicerce vinha pautado pela irradiação do movimento da ilustração francesa no sentido da universalização dos direitos” (p. 253).

As discussões, nesse sentido, envolviam uma pluralidade de temas, a exemplo do fortalecimento das ideias democráticas acerca da participação da sociedade nas decisões políticas e de acesso à educação. Evidenciando assim, um movimento em prol do direito ao voto; da garantia à instrução pública, laica e de qualidade para todos; a construção de projetos favoráveis à Federalização, favorecendo a autonomia política e administrativa das diferentes províncias no trato dos problemas locais; da construção do projeto de uma educação nacional e do nacionalismo patriótico; além da ideia de modernidade sob os princípios liberais, positivistas e de civilização.

De alguma forma, os princípios liberais, nortearam a primeira Constituição brasileira, que decretou: “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Nesse quesito, Bittencourt (2008), nos lembra que o Brasil foi um dos países pioneiros a instaurar a gratuidade do ensino primário. Aqui também cabe destacar a criação da Lei de dia 15 de outubro de 1827, cujo primeiro artigo Art. 6º regulamenta que “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

No entanto, esses ideais brotavam em meio a um sistema monárquico e uma sociedade escravocrata, estamental e excludente, regida legalmente por uma constituição que delegava direitos apenas aos homens livres e de posses, protegidos pelo sistema censitário imperial (SHWARCZ & STARLING, 2015). No Brasil do século XIX não havia condições econômicas, políticas, sociais, materiais e humanas para resolver o problema da escola pública (CASTANHA, 2006). Nesse sentido, estava posta uma dissonância entre as ideias e as condições reais de implementação dos projetos educacionais idealizados pelos intelectuais e legisladores da educação (BOTO, 1999).

Portanto, os debates referentes à construção do Estado-nação, da defesa de uma educação nacionalista e da ampliação da escolarização passam a ganhar mais evidência entre os grupos dirigentes a partir da década de 1870, momento em que se acentuam os conflitos entre os defensores da mão de obra servil e aqueles que reclamavam a necessidade do trabalho livre (GONDRA & SCHULER, 2008; BITTENCOURT, 2008). É nesse contexto que o ideário republicano, enquanto ideia e ação, se torna mais efervescente, destacando-se, nesse período, dentre outras iniciativas, a publicação do Texto *Manifesto Republicano*, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1870 e, posteriormente, em 1873, se dá a formação do Partido Republicano Paulista.

José Veríssimo (1985), ao discutir essa problemática a partir dos livros de leituras adotados nas escolas da época, defende que é preciso promover uma educação nacional, sendo as reformas do livro de leitura uma das mais necessárias. Para tanto, defende que o livro “[...] seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime” (p. 55).

O discurso defendido pelo referido autor sobre a educação nacional também é reforçado no caso específico da Geografia. No capítulo referente ao ensino dessa disciplina, intitulado Geografia Pátria e a Educação Nacional, José Veríssimo afirma que “Apesar da pretensão contrária, nós não sabemos geografia. Nesta matéria, a nossa ciência é de nomenclatura e, em geral, cifra-se a nomenclatura geográfica da Europa” (1985, p. 92). Neste aspecto, este intelectual aponta propostas de mudanças para essa disciplina advertindo que levassem em consideração as questões nacionais, a autoria brasileira e a difusão das belezas paisagísticas.

Além de José Veríssimo, outros intelectuais e políticos da época se dedicaram ao projeto de construção de uma escola pautada nos ideais liberais e republicanos, traçada sob os pressupostos do moderno e da civilização, a exemplo, do estadista Ruy Barbosa. Este intelectual recebe uma atenção de destaque na esfera das reformas educacionais propostas no período, em especial, por ter composto a comissão dos pareceristas que relataram o Decreto promulgado por Leôncio de Carvalho (Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879), que regulamentava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império.

No que compreende às propostas referentes ao ensino de Geografia postas nesse documento supracitado, os pareceristas apresentam uma forte defesa em prol do ensino dessa disciplina em todos os níveis escolares, elucidando a grande importância dela tal como acontecia em outros países do ‘mundo civilizado’, conforme podemos observar no fragmento do texto original:

Esta sciencia, com efeito, que Kant designava como a introdução ás sciencias naturaes, e por onde Kant e Locke eram de parecer que começasse a instrucção das creanças, não pode evidentemente deixar ocupar largo espaço n’uma reorganização scientifica dos programmas escolares [...] A applicação dos methodos modernos ao ensino elementar desta disciplina restitue-lhe o seu carácter de amenidade, vida e efficácia; de modo que ‘o estudo da geografia constitue, hoje mais do que nunca, um elemento essencial da educação comum. Em importância só se lhe avanta a leitura, a escripta e a arithmetica rudimentar (BARBOSA, 1883, p. 190, grifo do autor).

Embasados nos debates pedagógicos inovadores e científicos, os autores do parecer evidenciam várias críticas relativas à Geografia difundida nas escolas da época, isto é, ao modelo de ensino livresco, mnemônico e alheio à realidade brasileira. Nesse sentido, visando profundas reformas no ensino dessa disciplina sob os pressupostos de uma Geografia escolar de base científica e moderna, os autores apontam para a importância de inserir o homem nos estudos da Geografia e faz menção à importância de adoção de novos procedimentos e recursos metodológicos, a exemplo do trabalho com os traçados topográficos da escola e da circunvizinhança; das práticas de excursões escolares; do uso de cartas, globos, atlas e planisférios murais a partir da pedagogia de Pestalozzi, propondo a aplicação de métodos intuitivos por meio das lições de coisas e o estudo da Geografia partindo da realidade do aluno (ANGELO, 2014; FERREIRA, 2017).

Conforme podemos observar nos parágrafos anteriores, as preocupações em prol de um ensino moderno e de uma Geografia científica que superasse as descrições áridas e de caráter enciclopedista já estavam postas nas pautas educacionais desde as décadas de 1870 e 1880 do século XIX. No entanto, essas ideias permanecem ganhando relevo até as primeiras décadas do século XX, via difusão dos ideais republicanos, nacionalistas, um ensino de base positivista e cientificista a favor de uma escola secularizada e laica. Esses debates efervesciam no círculo dos intelectuais liberais e republicanos mais radicais, os quais defendiam a criação de um estado e uma educação nacional (ROCHA, 1996, BITTENCOURT, 2008). Tais preocupações, inclusive, se faziam explícitas nas primeiras folhas dos livros, a exemplo das enunciações dos autores nos prólogos/prefácios das obras e dos pareceres de órgãos educacionais e da imprensa. Um exemplo, nesse sentido, pode ser observado no livro *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brasil*, da autoria de Jerônimo Sodré, publicado em 1884. A segunda edição deste livro traz um prólogo dedicado à 1ª edição (1875), no qual após apontar a sua origem, logo em seguida enuncia a preocupação do autor acerca de questões de ordem metodológicas:

Para tonarmos o livro mais interessante, despertando a curiosidade do joven alumno, e prender-lhe a atenção, não duvidamos descer por vêzes até a miudeza, tractando de certas scenas históricas que se prendem a grandes fenômenos naturaes, não nos olvidamos também de fazer a descripção de certas localidades notaveis ou celebres por algum facto physico, que ahi se manifesta.

No que concerne às concepções e princípios que balizavam o seu trabalho, o autor evidencia seus princípios religiosos e patrióticos como questões centrais na elaboração do seu texto:

Nesse trabalho duas grandes considerações, além de outras, nos guiaram – Deus e *pátria*. Nunca é demasiado cêdo inocular-se nas intelligencias que começam a desenvolver-se estes dous grandiosos e fecundos princípios, causa de todas as virtudes cívicas e particulares.

Para conseguir o primeiro, sempre que nos ministrava o assumpto favorável ensejo, aproveitamo-lo – o segundo – dando uma cor nacional, servindo-nos de preferencia de exemplos de nosso caro paíz.

Como podemos observar, nos trechos supracitados o autor faz referência aos debates e movimentos do período acerca de redefinições de questões de ordem metodológicas, ideológicas e cívicas, relacionando-as ao ensino de Geografia da época. Ainda deixa evidente a intenção de despertar o interesse do aluno pelo assunto, a partir das descrições geográficas de locais notáveis, trançando, inclusive, cenas históricas e curiosidades. Como seus princípios, defende a fé em Deus e o amor à Pátria, difundindo ideais nacionalistas, passando a dá maior valor aos assuntos sobre o nosso território em detrimento do estrangeiro. Esta anunciação feita pelo autor, ainda pode ser confirmada nas páginas seguintes do livro por meio do Parecer do Conselho Superior da Instrução Pública, que aprova a obra.

Ao analisarmos o livro (ANGELO, 2011) estudamos a disposição do conteúdo e pudemos constatar alguns elementos inovadores, a exemplo do método analítico ou expositivo (ou seja, no formato de texto contínuo), tendo em vista que durante as últimas décadas do século XIX e mesmo no início do século XX, ainda eram comuns publicações que adotavam o método de perguntas e respostasⁱ. De acordo com Bittencourt (2008):

A escolha do método analítico na alfabetização, em oposição ao usual método sintético, representava a posição dos grupos dos educadores defensores de uma escola laica. Os seguidores desse método eram, em sua maioria, republicanos com discursos voltados para uma democratização do saber escolar e contrários ao espírito tradicional de educação, com o ensino calcado em métodos da igreja (p. 47).

Um bom exemplo, nesse sentido, são os livros da FTDⁱⁱ, tal como podemos observar nas páginas do livro *Novo Manual de Geographia: curso elementar*, publicado em 1907 pela FTD, obra que preza pelo método de perguntas e

respostas, além de enfatizar os aspectos da religião – cristão. No ponto que trata da Geografia política mundial, esta obra traz a seguinte questão:

82. De todas as religiões, qual é a única universal e verdadeira?

É a religião catholica, apostólica, romana que reconhece por chefe visível o papa e que tem sua origem em Jesus-Christo, nosso salvador (FTD, 1907, p. 9).

Por um lado, apesar de trazer um método conservador de exposição dos conteúdos no modelo de perguntas e respostas, por outro lado, traz várias inovações iconográficas a exemplo da inserção de figuras cartográficas, imagens ilustrativas e vários mapas (mundo, América, Brasil e províncias).

Retomando aos elementos representativos da obra de Jerônimo Sodré Pereira, podemos observar em várias passagens de seu conteúdo, aspectos de valoração do território nacional, evidenciando as grandezas e dando cor aos elementos naturais do país, conforme anunciou o autor:

É nosso paíz de prodigiosa riqueza em todos os reinos da natureza; inéxgotaveis e variadissimas as suas minas, que nada invejам ás mais opulentas do globo; encontram-se o ouro e a prata em quase todas as províncias. [...] Explendida, exuberante e magestosa é a flora brasileira, excellentes e procuradas as madeiras de construção, e marcenaria, etc. [...] Grande e variado é, também o numero de nossas plantas medicinaes, alimentícias e commerciaes indígenas, ou aclimadas (PEREIRA, 1884, p. 102-104).

Além da difusão de ideais nacionalistas e patrióticos, e, da inovação no método de exposição dos conteúdos, a obra apresenta questionários (exercícios). No entanto, podemos observar que o autor apresenta em destaque os importantes termos geográficos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**1), retomando-os a partir dos questionários propostos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

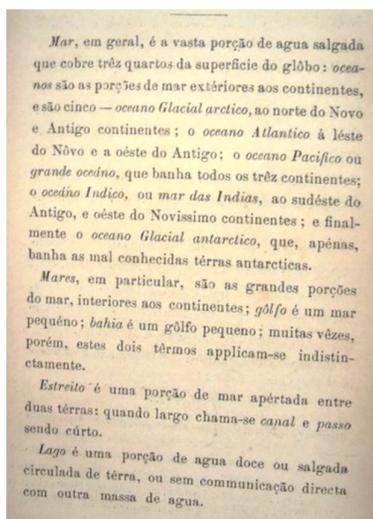


Figura 1: Conteúdo apresentado a partir do método expositivo apresentando com destaques para alguns termos geográficos, disposto no livro *Compêndio de Geographia elementar*: especialmente do Brasil. Fonte: Pereira, 1884. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul –FEUSP. Organização: Angelo (2014)

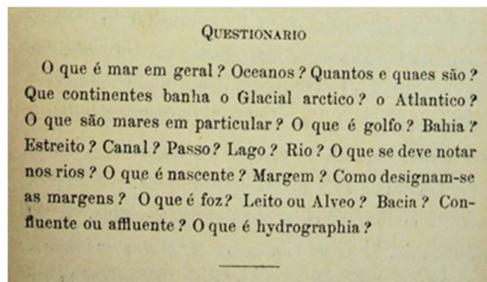


Figura 2: Questionário realizado a partir dos termos destacados, em itálico, presentes no texto apresentado na figura 3. Fonte: Pereira, 1884. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014).

A análise das duas figuras, de modo a articular o texto ao questionário, nos permite observar que, ao mesmo tempo em que há a presença de elementos inovadores, também permanece uma preocupação em garantir a memorização de algumas nomenclaturas, tendo em vista que no questionário é interrogado o significado dos termos e expressões tal como presentes no texto e destacado em itálico.

Essas evidências apontam para um movimento de mudanças e permanências nas propostas de ensino de Geografia na época, conforme aponta (ALBUQUERQUE, 2011). Aqui cabe ressaltar que, mesmo com as demais transformações oriundas de projetos educacionais e pedagógicos de caráter republicano e modernizadores, e, com as inovações científicas no interior da disciplina Geografia, em períodos posteriores ao recorte aqui retratado, as questões supracitadas não desapareceram e, continuaram sendo problematizadas. Ou seja, tais preocupações ainda continuam sendo evidenciadas nas décadas de 1920 e 1930, mesmo com a intensificação dos debates nacionalistas, com a forte incorporação dos novos aportes teórico-metodológicos, propostos por Delgado de Carvalho sobre os pressupostos de difusão de uma Geografia moderna no Brasil, e ainda, com a institucionalização da Geografia acadêmica nos cursos de formação de

professores. Esta realidade caracteriza mais uma vez (agora em um novo contexto) um movimento de permanência e mudança no estatuto da disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de educação integral republicano visava a promoção dos saberes elementares via escola primária, as competências básicas de leitura e escrita, bem como, uma formação moral e cívica, além de inovações pedagógicas de cunho metodológicas, com a adoção do método intuitivo e também de livros didáticos.

Ao levantarmos essas questões, percebemos a importância das pesquisas que remontam ao estudo da Geografia em períodos mais pretéritos, para que possamos levantar uma série de elementos, que, por vezes, possam nos auxiliar no entendimento de problemáticas que compreendem o estatuto dessa disciplina no período em estudo, em períodos posteriores, e mesmo, na atualidade.

Além dos elementos de caráter didático-pedagógicos e ideológicos presentes nos livros didáticos, a sua materialidade, ou seja, os elementos situados no processo de fabricação do livro, também influenciam a construção dos saberes escolares. Tais elementos, por sua vez, resultam de um conjunto de sujeitos que trabalham na produção e promoção do livro didático.

Conforme podemos perceber, os projetos educacionais que caracterizaram o Brasil oitocentista e as primeiras décadas do século XX, além de investir na formação de mão de obra para servir as novas demandas da sociedade, defendiam a formação de um cidadão conhecedor do território nacional em suas dimensões históricas e geográficas, revelando assim, a inculcação de um nacionalismo patriótico via escola, o que demanda inovações nos elementos constituintes da cultura escolar da época, dentre eles o livro didático.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Século de prática de ensino de Geografia: permanências e mudanças. In. REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos e KAERCHER, André Nestor (Org). *Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio*. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 33 – 55.

ANGELO, Maria Deusia Lima. *Livro didático de Geografia e seus autores: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2014.

_____. *A Geografia Escolar Brasileira e os autores de livros didáticos: uma análise de obras publicadas no final do século XIX*. Monografia (graduação). João Pessoa: UFPB, 2011. 97 f.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BARBOSA, Ruy; ESPINOLA, Thomaz do Bomfim; VIANA, Ulisses Machado. *Reforma do ensino primario e varias instituições complementares da instrução publica: parecer e projecto da Commissão de Instrucção Publica em 1882 - Sessão de 12 de setembro de 1882*. Ruy Barbosa (relator). Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1883.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*. V.19, nº. 38, São Paulo, 1999.

BRASIL, Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Página 71 Vol. 1 pt. I - (Publicação Original). In. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em 20 de junho de 2014.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. *Revista Brasileira da História da Educação*, nº 11 jan./jun. 2006.

CORRÊA, Rosa Lídia Teixeira e VALDEMARIN, Vera Tereza. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Caderno Cedes*, ano XIX, n. 52, nov. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.) *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2007.

FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. *Os exercícios nos livros didáticos de geografia destinados ao ensino primário no Brasil: uma discussão metodológica (1880-1930)*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

GONDRA, José Gonçalves. Historiografia da educação, seus balanços e saberes: A ultrapassagem como problema. *Conferência proferida na mesa redonda no IV Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado na Universidade Católica de Goiânia*, 2006.

_____ e SCHUELER, Alessandra Frota de. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro (Brasil, 1822 -1889)*. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRIA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. Cultura escolar: História, práticas e representações. São Paulo: *Caderno Cedes*, ano XIX, n. 52, nov. 2000.

ROCHA, Genilton Odilon R. da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1937 – 1942)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Departamento de Supervisão e Currículo, PUC – SP. São Paulo: PUC, 1996. 289 f.

SHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil uma biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SILVA, Jeane Medeiros. *A bibliografia didática de geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814 – 1930...)*. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. 3ª ed. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, 2013.

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Contato com o autor: Maria Deusia Lima Angelo <deusiangelo@gmail.com>

Recebido em: 18/08/2017

Aprovado em: 24/12/2017

ⁱ No que concerne à adoção da redação dos conteúdos pelo método expositivo em detrimento da redação dos conteúdos no formato de catecismo (perguntas e respostas) também conhecido como método dialogístico ou método do Abbade Gaultier, esta inovação já havia sido apontada na 3ª edição do livro *Compêndio elementar de Geographia Geral e especial do Brasil*, de autoria do Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (senador Pompeu) publicado em 1859. Sobre o método dialógico o autor adverte que este se prestava mais facilmente a didática, mas não dava lugar ao desenvolvimento de outros assuntos (BRASIL, 1859 *apud* SOUZA NETO, 2013).

ⁱⁱ Os livros editados pela FTD eram elaborados sob a direção dos Irmãos Maristas. A atuação dessa congregação no Brasil teve início em 1909 com o objetivo de ampliar o conjunto de ações educacionais implementadas por esses religiosos no Brasil.